

**BAENA, Antônio**

\*militar; const. 1891; sen. PA 1891-1897.

*Antônio Nicolau Monteiro Baena* nasceu em Belém no dia 16 de abril de 1833, filho de Antônio Ladislau Monteiro Baena e de Maria Bruna de Siqueira Baena. Seu pai, militar, geógrafo e historiador português, escreveu dois importantes estudos relativos à formação e à natureza da região amazônica e, mais especificamente, do Pará: *Ensaio corográfico sobre a província do Pará* (1839) e *Compêndio das eras da província do Pará*.

Assim como o pai, Antônio Baena fez carreira militar.

No início da crise entre Brasil e Paraguai, em 1864, o governo imperial considerou a possibilidade de complementar a força militar do Exército brasileiro mobilizando a Guarda Nacional, na qual se alistavam todos os cidadãos de 18 a 60 anos de idade que tivessem renda mínima de duzentos mil-réis anuais. A idéia encontrou resistências, e a dificuldade de mobilização de guardas nacionais para enviar ao Sul só não teve consequências mais graves porque o governo imperial criou, por decreto do dia 7 de janeiro de 1865, os corpos dos Voluntários da Pátria, nos quais poderiam alistar-se, por livre vontade, cidadãos entre 18 e 50 anos dispostos a servir ao Exército. Para estimular o alistamento, oferecia-se aos voluntários, além do soldo normal dos soldados das forças regulares, de quinhentos réis diários, uma gratificação de trezentos mil-réis ao darem baixa no final da guerra, direito a terras nas colônias militares e agrícolas existentes em diferentes pontos do Brasil, promoções por bravura, meio soldo em caso de invalidez física e, em caso de morte, pensão nesse valor para herdeiro indicado à vontade. Enquanto a elite, representada pela Guarda Nacional, resistia a se apresentar para a guerra, o setor popular demonstrou entusiasmo patriótico para formar os corpos de Voluntários da Pátria, chegando a cerca de dez mil o número de voluntários alistados em todo o Brasil.

No Pará, ainda em 1865, o presidente da província, José Vieira Couto Magalhães, criou o primeiro Corpo Paraense de Voluntários da Pátria, oriundo do Corpo de Polícia. Designou para comandá-lo o tenente-coronel comandante do Corpo de Polícia, Joaquim Cavalcanti d'Albuquerque Belo, e para a função de major-fiscal, Antônio Baena. Sem receber roupas

adequadas ao frio intenso que caracterizava o inverno no rio da Prata, quase todos os quatrocentos praças que compunham o efetivo do batalhão oriundo do Pará morreram de frio. Além disso, o excesso de carne fresca na alimentação e a necessidade de beber água dos rios, nem sempre pura, agravaram as doenças entre a tropa.

Em 1867, adido na província do Pará após ter retornado do teatro de operações no Paraguai, Antônio Baena foi nomeado pelo então presidente da província, o vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raimundo de Lamare, comandante interino do Corpo de Polícia, enquanto o tenente-coronel Joaquim Cavalcanti d'Albuquerque Belo estivesse participando das operações no Paraguai ou até que renunciasse ao cargo. Baena exerceu a função até o ano de 1881, quando foi reformado no posto de major por José da Gama Malcher, então vice-presidente da província.

Em 1885 Antônio Baena exerceu, gratuitamente, as funções de administrador do Teatro da Paz, em Belém do Pará. Foi ainda vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia, ajudante de ordens da presidência da província e agente auxiliar do Arquivo Público do Império.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e a convocação do Congresso Nacional Constituinte, Antônio Baena foi eleito senador pelo Pará. Assumiu o mandato em 15 de novembro de 1890 e foi um dos signatários da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Reeleito, permaneceu no Senado até 1897, ano em que foi eleito vice-governador do estado do Pará. Entretanto, não completou seu mandato, pois faleceu no dia 18 de junho de 1898.

*Adrianna Setemy*

FONTES: BAENA, A. *Compêndio*; DORATIOTO, F. *Maldita*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.